SISTEMAS
E TECNOLOGIAS
DE INFORMAÇÃO

Actas da 4ª Conferência Ibérica
de Sistemas e Tecnologias de Informação
17 a 20 de Junho de 2009
Póvoa de Varzim, Portugal
AISTI | FEUP | UFP

Editores
Álvaro Rocha
Francisco Restivo
Luís Paulo Reis
Sofía Torrão

PORTO, 2009
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DO “GENDER DIGITAL DIVIDE”

M. Custódia J. Rocha. Universidade do Minho. mcrocha@ep.uminho.pt

RESUMO: A igualdade de oportunidades/equidade de resultados entre os homens e as mulheres em contextos de trabalho tem constituído um alvo central das políticas comunitárias e de Portugal. Na última década, as políticas relativas à igualdade de gênero têm sido reforçadas para os contextos de educação e formação mas estas, sobretudo nos últimos tempos, apresentam-se como neutras do ponto de vista da problemática género/TIC, colocando-se a ênfase numa tentativa de avaliação do até agora efectuado, numa lógica de prestação de contas e não numa lógica do necessário reforço de políticas e de projectos em género/TIC que tenham efectivas repercussões na diluição dos estereótipos de género em relação às TIC, na participação das mulheres na dita sociedade da informação e na sua e-inclusão e, consequentemente, na consolidação das pretendidas tentativas políticas de pôr em prática as estratégias de mainstreaming e de empowerment das mulheres.


INTRODUÇÃO
A agenda política sobre Género e Tecnologias da Informação e da Comunicação encontra-se clarificada, pese embora as contradições e omissões, no corpus legislativo, nas medidas e propostas que fundamentam a necessidade de e-inclusão das mulheres em contextos de educação/formação e de trabalho. Os estados-membros têm vindo a introduzir, prosseguir ou incentivar medidas activas destinadas a incentivar a participação das raparigas no ensino superior, especialmente nos domínios técnicos e tecnológicos, tentando assim colmar a relação deficitária Género/TIC e o impacto desta relação deficitária no âmbito do crescimento e da competitividade económica. Contudo, pese embora a existência de muitas orientações políticas comunitárias para o âmbito da igualdade de gênero em TIC, as mulheres estão sub-representadas na educação formal (ensino secundário e superior), na formação profissional, nas iniciativas de educação ao longo da vida e no mercado de trabalho em TIC. As orientações políticas género/TIC estão enfraquecidas por vários discursos que acompanham exigências políticas várias em constante modificação e em consonância com critérios que é necessário descollar. É precisamente esse o propósito deste texto.

A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DAS MULHERES EM TIC – PRIORIDADES À DIMENSÃO LABORAL
O lançamento de uma política geral no domínio da sociedade da informação ocorreu na sequência do Livro Branco – Crescim ento, Com petihidade e Emprego. Os Desafios e as Pistas para entrar no Século XXI (1993) [1]. Este Livro Branco sublinhava a importância da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sobretudo no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que sublinhava a importância da sociedade da informação como chave para o futuro crescimento económico, a competitividade, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida.

É nos finais dos anos noventa que, com maior insistência por parte da União Europeia, se começa a advertir para a necessidade de se prestar especial atenção ao acesso às TIC por parte das mulheres como forma de, através da educação e da formação, se poder enfrentar os desafios do crescimento e da competitividade económica. Basta ler o Livre Ver t – Vi vre et Traveller dans la Société de l’Information: Priorité a la Dim ension Hum aine (1996) [2] e o Rapport Construire la Société Européenne de l’Information pour Tous (1997) [3], entre outros, para se dizer que a partir de então a prioridade política é a de a educação/formação das mulheres em TIC se torna imprescindível num contexto em que já não se atende ao trabalho e ao emprego, propriamente ditos, mas sim às novas
configurações que esse trabalho e esse emprego adquirem num contexto económico em mutação e em crise global.

A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DAS MULHERES EM TIC – PRIORIDADES À DIMENSÃO ECONOMICA

No início do século XXI, as políticas de género para o âmbito das TIC são reforçadas e pensadas enquanto elemento de base do desenvolvimento económico sustentável. No Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa (2000) [4], e com a Estratégia de Lisboa, admitiu-se expressamente que "A Comissão prevê m elhors em termos de qualitativo e quantitativo da situação de emprego na União Europeia a curto prazo, graças ao impacto das TIC [...]. Num contexto mais geral, é necessário velar para que esta sociedade da informação seja acessível a todos, sem distinção de categoria social, de idade, de religião ou de sexo. Esta economia digital, que permite melhorar a qualidade de vida, é um factor de competitividade acréscima e de criação de empregos [...]."

Assim, graças ao previsto impacto das TIC, a União Europeia atribuiu um "novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento en tão m ais dinâmica e com potencial de m undo, capaz de garantir um crescimento económicamente sustentável, com m ais e m elhores em pрагos, e com m ais emprego social [...]."

No seguimento da Estratégia de Lisboa surgiram muitos documentos políticos sobre a problemática Género/TIC. Entre eles, a Comunicação sobre Parâmetros de Referência Europeus para a Educação e a Formação (2002) [5] que estabelece que "Até 2010, todos os Estados-Membros deverão reduzir, no m ãs pormenor para a educação, o número de desigualdades entre homens e mulheres diploma-ados nas áreas de ciências, Ciências e Tecnologias, e assegurar um aumento significativo do número total de diplomas adquiridos em relação ao ano 2000 [...]."

Na maior parte das políticas de género formuladas a nível comunitário para o âmbito da igualdade de género em TIC passa-se a ideia de que as disparidades de género em TIC têm impacto na organização do trabalho e nas exigências das novas configurações do trabalho. Assim acontece na Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o Relatório da Comissão sobre as Mulheres da Nova Sociedade da Informação (2002) [6] na qual se informa que "As m elhores representam m enos do 20% do número total de m estras de informática e apenas 14.5% dos jovens em presépios no dom inio m utuamente, apesar de o V Programa a-Cadáver de Investigação e Desenvolvimento Técnico de TIC estabelecer um a percentagem m inima de 40% para cada género [...]." Em com paração com os homens, um a proporção substancialmente a menor de m elhores participa em programas as m ais práticos, orientados para o emprego, em lugar de programas as m ais letrados ou de investigação que dão acesso a profissões que exigem habilidades mais elevadas. A forma ação em muitas redes de TI e de programas ação de com putadores é dominada por hom ens. As m elhores estão limitadas ao por uma ação de fiscais que as prepararam para funções de secretária [...]. A sub-representação das m elhores nas seções de ciência e das TIC impede a realização dos objectivos estabelecidos em Lisboa [...]."

É especificamente com a Resolução sobre o Futuro da Estratégia de Lisboa, na Perspectiva do Género (2004) [7], que o Parlamento Europeu " [...] solicita aos Estados-Membros que promovam uma orientação escolar localizada na diversificação das escas mais profissionais na área de TIC, com m ais de m elhores na área de TIC e com m ais de m elhores em m os ramos de trabalho e com m os ramos de trabalho e com acentuadamente entre os sexos n o plano da qualificação tecnológica e científica [...]."

As orientações políticas acima mencionadas merecem-nos algumas observações críticas. Para além da evidente constatação de que existem disparidades de género na educação que se estendem ao âmbito do trabalho e que estas disparidades tendem a ser reacendidas com o surgimento e desenvolvimento das TIC, há que dizer que existem determinados mecanismos, e a autêntica de alguns outros, que podem menoscavar os impetos políticos da igualdade de género no domínio das TIC.

A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DAS MULHERES EM TIC – UMA NÃO PRIORIDADE

Os impetos políticos da igualdade de género no domínio das TIC ficam menoscabados se atenderemos, numa primeira análise, ao conteúdo do discurso que perspetiva em documentos legislativos e em várias orientações políticas para a acção. A igualdade de género em TIC foi perspetivada, sobretudo no início do século XXI, e fruto da expressão e implementação das
medidas neoliberais, já não como elemento prioritário para a construção da sociedade da informação (tantas vezes estrategicamente referenciado) mas como factor imprescindível para o incremento da competitividade da economia europeia e para o desenvolvimento económico sustentável, como atrás dissemos.

A educação/formação em TIC para a economia produtiva em detrimento da educação/formação em TIC para a participação na "sociedade da informação e do conhecimento" adquire dimensões políticas questionáveis e imbidas de contradições axiológicas e pragmáticas. Vejamos algumas:


Refira-se também que na Comunicação Iniciativa Europeia i2010 sobre Info- inclusão “Participar na Sociedade da Informação” (2007) [19], embora se admiira o termo "inclusão" designe as acções que visam a realização de uma sociedade da informação inclusiva, ou seja, um a sociedade da informação para todos", se acaba por propor medidas exclusivamente relacionadas com a utilização da Internet com isto se pretendendo: "reduzir para m etade as disparidades entre o gosto da população da UE e os idosos, pessoas com deficiência, m um, grupos com baixo nível de formação, desempregados e regiões menos desenvolvidas".

A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DAS MULHERES EM TIC – PRIORIDADES À DIMENSÃO AVALIATIVA

Muito recentemente, e mesmo perante dados estatísticos e várias recomendações europeias que vão no sentido de analisar o problema gênero/TIC, como algumas das que neste texto já evocamos, a questão da igualdade gênero/TIC é ignorada. Os desafios da Sociedade da Informação Europeia para o crescimento e emprego, podemos dizê-lo, têm vindo a considerar a problemática do gênero como se ela fosse neutra no âmbito das TIC, sobretudo nos últimos tempos, e como se as recomendações feitas, sobretudo durante os anos noventa, já tivessem surgido os efeitos. Esses desafios estão agora concentrados na tentativa de avaliação do que ficou acordado na Declaração de Riga – Internet for All: EU Ministers Commit to an Inclusive and Barrier-free Information Society (2006) [20] na qual os ministros da UE se comprometeram a fixar metas claras, nomeadamente diminuir para metade o fosso existente na utilização da Internet e na literacia digital e tornar os tipos Web públicos 100% acessíveis em 2010, até porque "estas metas poderão produzir benefícios de 35 a 85 miliões de euros em cinco anos", independentemente de as mulheres, como se sabe, não estarem ainda em igualdade de circunstâncias em relação aos homens no acesso à informação e às redes - na sociedade do conhecimento que é mediada pelas TIC.

Esta, entre muitas outras medidas recentes, permite-nos dizer que quando a avaliação das políticas de gênero se torna prioridade e assenta na aferição dos resultados obtidos em termos de utilização da Internet e do número de computadores existentes nas escolas e nas famílias, por exemplo, a igualdade de gênero em TIC deixa de ser prioridade política, substituída que é pela apresentação de resultados numéricos que tendem valorizar a existência do manancial tecnológico como se este, por si próprio, fosse sinônimo de uma democracia digital devidamente consolidada.
A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DAS MULHERES EM TIC – UMA CRÍTICA ÀS PRIORIDADES

Os discursos políticos que tendem a sobrestimá-los efeitos benéficos dos planos tecnológicos na educação deixam de lado a advertência de que em Portugal, por exemplo, novos percursos de desigualdade na educação e no trabalho têm vindo a ser realizados em investigações empíricas onde se prima por concluir que a “flexibilidade de emprego tem sido encarada, em praticamente todos os países europeus, como a ponte indispensável para a competitividade das economias e criação de emprego, para um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, e para a igualdade de oportunidades [...]”. Acresce que as mulheres estão particularmente representadas em algumas das modalidades flexíveis de emprego”. É, mesmo quando exercem a profissão de quadros superiores nos mesmos termos que os homens no sector TIC, “subjaz uma linha de gênero: as mulheres são claramente menos remuneradas, usufruem de menos benefícios e tendem a dirigir departamentos colaterais, cujas funções estão frequentemente associadas a atributos femininos (como é o caso do marketing, da comunicação empresarial e dos recursos humanos), mas só raramente dirigem áreas estratégicas (e.g. coordenação de I&D, gestão/direcção de unidades de negócios; gestão/direcção de projectos)” (Casaca, 2005: 622) [21].

Pode-se assim “atraer o perfil do trabalhador TIC em Portugal. É uma força de trabalho que apresenta uma clara tendência de reforço da já elevada taxa de participação masculina, com uma estrutura etária muito jovem e com tendência para um progressivo rejuvenescimento, e que se destaca pela contratação preferencial de trabalhadores com elevados níveis de habilitações [...]”. Em suma são estas as características base da mão-de-obra que faz do sector TIC um dos mais produtivos da economia portuguesa, capaz de conceder aos seus trabalhadores uma remuneração média mensal muito superior à média nacional” (Nunes, 2004) [22].

Desta feita, podemos afirmá-lo, as advertências feitas nas Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Nice (2000) [23] de que “serão necessárias alterações na organização do trabalho a fim de aproveitar plenamente o potencial das tecnologias da informação e da comunicação” e que “há que combinar flexibilidade e segurança no contexto de uma economia em mutação” têm vindo a redundar em maior flexibilidade e desigualdade para as mulheres e maior segurança e oportunidade para os homens no quadro do desenvolvimento económico sustentável.

Isto, porque pese embora a existência de recomendações políticas, estas nunca passam disso mesmo, de meras recomendação, genericamente formuladas e nunca acompanhadas de “exemplos de boas práticas” ou, na melhor das hipóteses, de recomendação de propostas concretas para a diluição das desigualdades de gênero no sector das TIC que se plasmem no incentivo à conceção, gestão e avaliação de projectos em Gênero/TIC que, neste momento, são escassos (Rocha, 2008) [24].

A maior parte dos projectos existentes, ou melhor dizendo, “a investigação internacional sobre as questões de gênero no mundo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) [tendo] já um longo caminho percorrido” tem recaído em “exemplos de itens de avaliação de recursos educativos informatizados relacionados com as questões de gênero” (Silva e Ferreira, 2007: 61) [25]. Em Portugal essa investigação começa a dar agora os seus primeiros passos, tornando-se “assim, especialmente relevante a existência de linhas de orientação que integrem as questões de igualdade de gênero na conceção e desenvolvimento de recursos educativos informatizados. A qualidade da aplicação dessas linhas de orientação nas diversas fases do ciclo de vida dos produtos, nomeadamente nas fases de concepção e desenvolvimento, avaliação e utilização, implica a formação de recursos humanos e a ampla divulgação dos trabalhos desenvolvidos” (Silva, 2006: 22) [26] para que se possam diluir os estereótipos de gênero em relação às TIC.

Veja-se, a este propósito, que tem sido essencialmente a acção das próprias mulheres, organizadas em movimentos, e não a acção dos responsáveis pelas políticas de gênero, “que puso sobre a mesa de discussões questões de poder entre os gêneros que continuam alimentando prejuízos e estereótipos culturalmente construídos em torno a imagem de as mulheres, su rol em a sociedade e as expectativas anteriores ao cumprimento de los mandatos tradicionais en uma sociedade que continua construída sobre el patriarcado [...] considerando al campo de la tecnología, incluido el de las TIC, como un territorio masculino donde pareciera que hay que pedir permiso para participar e donde todavia las mujeres tienen que luchar por ser incluidas en las debates que marcan las políticas a seguir en estos desenvolvidos” (Pfou, 2008: 3) [27].

Será preciso então notar que “os muitos inquiridos nas relações entre as mulheres e a tecnologia conduzidos em países ocidentais e não ocidentais durante a última década mostraram a
necessidade de quebrar o estereótipo infundido de uma distância entre a mulher e a tecnologia [...]. E mais, quando olhamos para os cursos oferecidos a mulheres adultas vemos que nunca são abordados assuntos como “wearable computing”, ligações entre pessoas e artefatos na co-construção de identidades, múltiplas e diferenciadas identidades, penetração das tecnologias de informação nos objetos e contextos do dia-a-dia, etc. Estes são alguns dos temas ‘reservados’ aos designados ‘expertas’, mas que estão longe do esquema clássico educativo previsto para as mulheres. Os cursos de literacia em 2007 são na sua grande maioria e frequentemente baseados nos mesmos princípios de há dez anos atrás” (Bencivenga et al., 2008: 13) [28].

CONCLUSÃO

Pese embora todas as recomendações, entretortadas por omissões, a verdade é que existem poucos projectos que visem a diluição das desigualdades de género no sector das TIC. E, a escassez de projectos de investigação no âmbito da relação género/TIC é tanto mais preocupante se nos ativermos ao facto de estes projectos, e os orçamentos que os deveriam sustar, não estarem explicitamente previstos, e sobretudo claramente recomendados, nos diversos programas-quadro da Comunidade Europeia em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Os dados que neste texto apresentamos permitem-nos reafirmar que as políticas de género para o âmbito da educação e da formação em TIC, procurando ser igualitárias e inclusivas, na lei, podem não passar de retóricas politicamente correctas, na prática, transformando os discursos da igualdade de acesso e de participação em resultados materiais desiguais, reproduzindo as assimetrias de género na escola, na universidade, e no trabalho. É que apesar da neutralidade de género que perpassa em muitas orientações políticas, não nos podemos esquecer que essa neutralidade de género afecta as supostas tentativas políticas de implementação de uma estratégia de mainstreaming favorecedora do empowerment social e económico das mulheres.

Referências

[f][l]ng1=fi&plng2=da,de,en,es,fi,
caoNovasTecnologias.pdf
_plan/pdf/actionplan pt.pdf


508] TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DO "GENDERT DIGITAL DIVIDE"
Maria Catarina Roche